

Parágrafo único - A seleção das vias propostas no caput deste artigo foi realizada de acordo com os parâmetros e critérios técnicos estabelecido por meio do Decreto 60.197, de 23 de abril de 2021, bem como Portaria nº 24/2021/SMUL.G.

Art. 2º - A autorização para inclusão de vias aptas a receber o Projeto Ruas SP se dará de forma progressiva, conforme previsão do §1º, do art. 1º e art. 5º, ambos do Decreto 60.197, de 23 de abril de 2021.

Art. 3º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

CESAR AZEVEDO
Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento
SMUL

SECRETARIA-EXECUTIVA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

SMUL.ATECC.
6068.2020/0004626-0
INTERESSADO: Tenda Negócios Imobiliários S/A.
APROVA RÁPIDO
COMUNIQUE-SE ÚNICO - GRAPROEM
ATENÇÃO
• Eventuais esclarecimentos de Comunique-se deverão ser agendados pelos telefones específicos de cada Secretaria (SMUL: 3243-1008 / SVMA: 5187-0210 / SMT: 3059-7250 / SIURB: 3337-9743 ou 3397-9318 / SMC: 3397-0204).
• O prazo para atendimento é de 30 (trinta) dias corridos, a partir da data de publicação no D.O.C.
• Local para atendimento: Rua São Bento, 405/8º andar, sala 82.

SECRETARIA - SMUL:
1. APRESENTAR ASSINATURA POR SENHAWEB DE TAMIRES DOS SANTOS CERONE;

2. APRESENTAR INSTRUMENTO PARTICULAR DE COMPRO-MISSO DE VENDA E COMPRA ATUALIZADO (VÁLIDO);

3. INDICAR EM PLANTAS E DECLARAÇÕES A PROPRIETÁ-RIA COOPERATIVA AGRO PECUÁRIA HOLAMBRA E POR PROCURAÇÃO TENDA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS S.A;

4. NA FOLHA DE ROSTO, INDICAR NA CATEGORIA DE USO: EHIS (HIS-2 E R2V);

5. ESCLARECER ACESSIBILIDADE À CHURRASQUEIRA;

6. COMPATIBILIZAR A ALTURA DO TOPO NA PLANTA CHA-VE COM AS INFORMAÇÕES DO QUADRO NO CÁLCULO DO AFASTAMENTO;

7. APRESENTAR ATENDIMENTO A RESOLUÇÃO/CEU-SO/141/2021 REFERENTE ÀS ÁREAS TÉCNICAS;

8. NO QUADRO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, REVER INDICAÇÃO DE UNIDADES ADAPTADAS PARA O TEXTO CON-FORME O DECRETO 59.885: “UNIDADES DESTINADAS A PES-SOA COM DEFICIÊNCIA” E ELIMINAR UNIDADES “COMUM”, OBSERVANDO QUE AS UNIDADES R2V DEVEM ATENDER AO DECRETO 9.451/18 E A LEI 13.146/15;

9. EM NOTAS, ESCLARECER SE:

a. AS UNIDADES R2V ATENDEM AO DECRETO 9.451/18 E A LEI 13.146/15 NOS TERMOS DA ALÍNEA C DO INCISO I DO ARTIGO 14 DO DECRETO 59.885/20,

b. A EDIFICAÇÃO ATENDE O INCISO II DO ITEM 2.C DO ANEXO I DO DECRETO 57.776/17,

c. O PROJETO ATENDE AO DISPOSTO NA LEI Nº 16.900/18 E DECRETO Nº 58.692/19 REFERENTE A INSTALAÇÃO DE HI-DRANTES PÚBLICOS DE INCÊNDIO,

d. O PROJETO ATENDE A DISTÂNCIA MÍNIMA ENTRE QUAL-QUER PONTO DA EDIFICAÇÃO E AS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS CONFORME ITEM 9 DO ANEXO I – DISPOSIÇÕES TÉCNICAS DO DECRETO 57.776/17,

e. O PROJETO ATENDE AS CONDIÇÕES DE ACESSIBILIDADE DA EDIFICAÇÃO CONFORME ITEM 4 DO ANEXO I – DISPO-SIÇÕES TÉCNICAS DO DECRETO 57.776/17 NBR 9050 EM VIGOR E LEGISLAÇÃO FEDERAL CORRELATA;

10. ELIMINAR LEI 13.885 DAS NOTAS.

11. O INTERESSADO DEVERÁ TOMAR CIÊNCIA DE QUE O LOCAL ESTÁ INSERIDO EM ÁREA SUEJITA À INUNDAÇÃO (DOC. SEI Nº 052072139), E DO DISPOSTO NA RESOLUÇÃO Nº 131/ CEUSO/2018.

OBS.: “O INTERESSADO DEVERÁ ESTAR CIENTE QUE NO ATENDIMENTO DESTES COMUNIQUE-SE DEVEM SER APRESEN-TADAS PEÇAS GRÁFICAS EM FORMATO DWF PARA ANÁLISE DE SMUL, PARA FINS DA CHANCELA ELETRÔNICA, CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 006/SEL-G/2020, EM ARQUIVOS INDIVIDUAIS.”

SECRETARIA - SVMA:

1. EM VISTA DA EXISTÊNCIA DO 6068.2021/0006049-4 PARA O MESMO LOTE CORRENDO PARALELAMENTE A ESTE, O INTERESSADO DEVERÁ ESCLARECER EM QUAL P.A. DEVERÁ SER DADO PROSSEGUIMENTO DA ANÁLISE JUNTO A SVMA.

OBS.: “O INTERESSADO DEVERÁ ESTAR CIENTE QUE NO ATENDIMENTO DESTES COMUNIQUE-SE DEVEM SER APRESEN-TADAS PEÇAS GRÁFICAS EM FORMATO PDF ASSINADAS, PARA ANÁLISE DE SVMA, CONFORME INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 006/SEL-G/2020, EM ARQUIVOS INDIVIDUAIS.”

SMUL.ATECC.CAEHIS
6068.2021/0008591-8
Interessado: Sugoí Residencial IX Spe Ltda.

DESPACHO

I – INDEFERIDO, nos termos do PRONUNCIAMENTO/CA-EHIS/048/2021 (SEI nº 053711282)

II – Publique-se.

III – Encaminhar ao interessado o inteiro teor deste despacha, esclarecendo que a cópia dos documentos referenciados no item I será disponibilizada no site da P.M.S.P.

IV – Em seguida, encaminhar a PARHIS para ciência.

V – Arquive-se.

COORDENADORIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

Processo SEI 6013.2017/0001384-7

I - Diante do contido nos autos, em especial manifestação de SMUL/CGPATRI/SAI em doc. SEI (053138073) e Demonstrativo em doc. SEI (053137956), às quais acolho, e no uso da competência que me foi delegada nos termos da Portaria nº 09/2021/SMUL.G no art. 3º, inciso XX, **AUTORIZO** a reserva e o empenhamento em favor do **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO PAULO VI, inscrito no CNPJ sob o nº 66.868.761/0001-78**, no valor de **R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais)** em decorrência da necessidade de complementação de recursos para abarcar despesas referente aos pagamentos de cotas condominiais, conforme demonstrativo realizado por SMUL/CGPATRI/SAI em doc. SEI (053137956)

II - **PUBLIQUE-SE.**

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

Processo SEI 6013.2017/0001406-1

I - Diante do contido nos autos, em especial manifestação de SMUL/CGPATRI/SAI em doc. SEI (053136039) e Demonstrativo em doc. SEI (053135969), às quais acolho, e no uso da competência que me foi delegada nos termos da Portaria nº 09/2021/SMUL.G no art. 3º, inciso XX, **AUTORIZO** a reserva e o empenhamento em favor do **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO CANADÁ, inscrito no CNPJ sob o nº 54.367.743/0001-23**, no valor de **R\$ 70,00 (setenta reais)** em decorrência da neces-sidade de complementação de recursos para abarcar despesas referente aos pagamentos de cotas condominiais, conforme demonstrativo realizado por SMUL/CGPATRI/SAI em doc. SEI (053135969)

II - **PUBLIQUE-SE.**

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

Processo SEI 6013.2017/0001746-0

I - Diante do contido nos autos, em especial manifestação de SMUL/CGPATRI/SAI em doc. SEI (053136505) e Demons-trativo em doc. SEI (053136452), às quais acolho, e no uso da competência que me foi delegada nos termos da Portaria nº 09/2021/SMUL.G no art. 3º, inciso XX, **AUTORIZO** a reserva e o empenhamento em favor do **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO DIANA, inscrito no CNPJ sob o nº 58.413.048/0001-01**, no valor de **R\$ 75,00 (setenta e cinco reais reais)** em decorrência da necessidade de complementação de recursos para abarcar despesas referente aos pagamentos de cotas condominiais, conforme demonstrativo realizado por SMUL/CGPATRI/SAI em doc. SEI (053136452)

II - **PUBLIQUE-SE.**

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

Processo SEI 6013.2018/0003822-1

I - Diante do contido nos autos, em especial manifestação de SMUL/CGPATRI/SAI em doc. SEI (053138372) e Demons-trativo em doc. SEI (053138280), às quais acolho, e no uso da competência que me foi delegada nos termos da Portaria nº 09/2021/SMUL.G no art. 3º, inciso XX, **AUTORIZO** a reserva e o empenhamento em favor do **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO ROBER-TA, inscrito no CNPJ sob o nº 59.178.418/0001-36**, no valor de **R\$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais)** em decorrência da necessidade de complementação de recursos para abarcar despesas referente aos pagamentos de cotas condominiais, conforme demonstrativo realizado por SMUL/CGPATRI/SAI em doc. SEI (053138280)

II - **PUBLIQUE-SE.**

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

Processo SEI 6013.2018/0003843-4

I - Diante do contido nos autos, em especial manifestação de SMUL/CGPATRI/SAI em doc. SEI (053553526) e Demons-trativo em doc. SEI (053137248), às quais acolho, e no uso da competência que me foi delegada nos termos da Portaria nº 09/2021/SMUL.G no art. 3º, inciso XX, **AUTORIZO** a re-serva e o empenhamento em favor do **Condomínio Edifício MARACANÁ, na pessoa da Administradora ADAPLAN SERVICOS ADMINISTRATIVOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 06.210.195/0001-80**, no valor de **R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais)** em decorrência da necessidade de comple-mentação de recursos para abarcar despesas referente aos pagamentos de cotas condominiais, conforme demonstrativo realizado por SMUL/CGPATRI/SAI em doc. SEI (053137248).

II - **PUBLIQUE-SE.**

DESPACHO AUTORIZATÓRIO

Processo SEI 6068.2021/0002049-2

I - Diante do contido nos autos, em especial manifestação de SMUL/CGPATRI/SAI em doc. SEI (053136795) e Demons-trativo em doc. SEI (053136712), às quais acolho, e no uso da competência que me foi delegada nos termos da Portaria nº 09/2021/SMUL.G no art. 3º, inciso XX, **AUTORIZO** a reserva e o empenhamento em favor do **CONDOMÍNIO EDIFÍCIO ITORORÓ, inscrito no CNPJ sob o nº 67.976.498/0001-01**, no valor de **R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais)** em decorrência da necessidade de complementação de recursos para abarcar despesas referente aos pagamentos de cotas condominiais, conforme demonstrativo realizado por SMUL/CGPATRI/SAI em doc. SEI (053136712).

II - **PUBLIQUE-SE.**

DESENVOLVIMENTO URBANO

SECRETARIA EXECUTIVA DOS ÓRGÃOS COLEGIADOS

COMISSÃO DE PROTEÇÃO À PAISAGEM URBANA

DESPACHO DA PRESIDÊNCIA
Despacho SMUL.ATECC.CPPU/139/2021
Processo: 6068.2021/0010174-3
Interessado: ART PLAY EVENTOS LTDA
Local: VALE DO ANHANGABAÚ
Assunto: EVENTO “FEIRÃO SERASA LIMPA NOME”
PROCESSO DEFERIDO
1. Em relação à solicitação apresentada pelo interessado **Considerando** a Lei Municipal nº 14.223/2006, que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo;
Considerando as informações SP-URB/SPE-ASS-PURB (053549854/053550013);

DEFIRO à aprovação da comunicação visual do evento denominado “Feirão Serasa Limpa Nome” a ser realizado no Vale do Anhangabaú, no período de 23 a 27 de novembro de 2021, sendo de relevante interesse público, e a comunicação visual de caráter informativo e orientativo, sem caráter promocional ou publicitário, com as seguintes condicionantes:

- na área externa da tenda somente poderá ser inserido o nome do evento na testeira e eventuais informações de orientação ao público em geral;
- na área interna da tenda poderão ser inseridos os nomes ou logos das empresas participantes do processo de negociação presencial de dividas;
- não poderão ser inseridos quaisquer elementos de co-municação visual, nas áreas internas ou externas da tenda, que tenham caráter promocional ou publicitário.

Despacho SMUL.ATECC.CPPU/140/2021
Processo: 6068.2021/0009332-5
Interessado: CALIFÓRNIA FILMES E PUBLICIDADE LTDA
Local: PARQUE DO IBIRAPUERA
Assunto: EVENTO - “STELLA PIQUENIQUE”
PROCESSO DEFERIDO

1. Em relação à solicitação apresentada pelo interessado **Considerando** a Lei Municipal nº 14.223/2006, que dispõe sobre a ordenação dos elementos que compõem a paisagem urbana do Município de São Paulo;
Considerando a concessão para a prestação dos serviços de gestão, operação e manutenção do Parque Ibirapuera;
Considerando o Despacho SMUL.ATECC.CPPU/123/2021 (052895237), publicado no D.O.C em 02 de outubro de 2021;
Considerando o Despacho SMUL.ATECC.CPPU/131/2021 (053280229), publicado no D.O.C em 09 de outubro de 2021;
Considerando a informação SP-URB/SPE-ASS-PURB (053763718);

DEFIRO a aprovação de alteração do local e data de re-alização do evento temporário “Stella Piquenique”, pleiteada para a data de 23 e 24 de outubro de 2021, com a localização alterada para próximo ao Pavilhão das Culturas Brasileiras dentro do Parque do Ibirapuera sito à Av. Pedro Álvares Cabral, s/n, mantendo as demais condições de aprovação dos referidos Despachos (052895237/053280229).

2. A presente anuência não exime o interessado da obten-ção das demais licenças e autorizações necessárias junto aos órgãos públicos competentes.

HABITAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO

SEHAB/GABINETE
PROCESSO SEI N: 6014.2021/0002806-5
Interessada(o): Rosangela Marques Duarte

DESPACHO:
Considerando as informações constantes nos autos, em especial, a manifestação juntada em doc. SEI 053013416, que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, **DETERMINO** 1.A concessão do benefício do Auxílio Aluguel ao(a) munícipe **Rosangela Marques Duarte**, CPF 31*.***.***.**, com fundamento no art. 2, inciso III da Portaria SEHAB nº 131/2015.

SEHAB/GABINETE
SEI 6014.2021/0000734-3
Assunto: Auxílio Mudança
DESPACHO:

Considerando as informações constantes nos autos, em especial, a manifestação juntada em doc. SEI nº 053844989 e nº 053842018, que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, **DETERMINO** a concessão de Verba de Auxílio Mudança, no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), para cada uma das 19 (dezenove) famílias indicadas abaixo, nos termos do Art. 2º, Inciso IV e Art. 3º, Inciso III, da Portaria nº 131/SEHAB/2015;

Nome completo do beneficiário	CPF do beneficiário
Aline Raquel de Sousa Soares	40*.****.***
Ana Maria de Lima	03*.****.***
Emanuella da Silva Melo Simão	09*.****.***
Gean Carlos Maciel Soares	41*.****.***
Gesiele Fernanda Rodrigues	13*.****.***
Gisela Candida da Conceicao Souza	34*.****.***
Jaine de Jesus dos Santos	057.048.735-88
Lindalva Silva Oliveira	23*.****.***
Lucas Beirão Souza	23*.****.***
Luis Henrique Solidade Rocha	066.982.845-99
Maria Aparecida Melo Rodrigues	14*.****.***
Maria dos Rêmedios Soares Alcântara	01*.****.***
Marilena da Silva	26*.****.***
Roberto Araújo dos Santos	50*.****.***
Rogério Aguiar Rocha	43*.****.***
Rosalina Silva Oliveira	30*.****.***
Sebastião Antonio Ferreira	33*.****.***
Talita Mendes dos Santos	42*.****.***
Thayná Alves da Silva	45*.****.***

SEHAB/GABINETE
SEI 6014.2021/0000734-3
Assunto: Auxílio Aluguel
DESPACHO:

Considerando as informações constantes nos autos, em especial, a manifestação juntada em doc. SEI nº 053844989 e nº 053842018, que acolho como razão de decidir e passa a integrar a presente decisão, **DETERMINO** a concessão de Verba de Auxílio Mudança, no valor de R\$ 900,00 (novecentos reais), para cada uma das 19 (dezenove) famílias indicadas abaixo, nos termos do Art. 2º, Inciso IV e Art. 3º, Inciso III, da Portaria nº 131/SEHAB/2015;

Nome completo do beneficiário	CPF do beneficiário
Aline Raquel de Sousa Soares	40*.****.***
Ana Maria de Lima	03*.****.***
Emanuella da Silva Melo Simão	09*.****.***
Gean Carlos Maciel Soares	41*.****.***
Gesiele Fernanda Rodrigues	13*.****.***
Gisela Candida da Conceicao Souza	34*.****.***
Jaine de Jesus dos Santos	057.048.735-88
Lindalva Silva Oliveira	23*.****.***
Lucas Beirão Souza	23*.****.***
Luis Henrique Solidade Rocha	066.982.845-99
Maria Aparecida Melo Rodrigues	14*.****.***
Maria dos Rêmedios Soares Alcântara	01*.****.***
Marilena da Silva	26*.****.***
Roberto Araújo dos Santos	50*.****.***
Rogério Aguiar Rocha	43*.****.***
Rosalina Silva Oliveira	30*.****.***
Sebastião Antonio Ferreira	33*.****.***
Talita Mendes dos Santos	42*.****.***
Thayná Alves da Silva	45*.****.***

SECRETARIA EXECUTIVA DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO – SECMH
ATA DA 16ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MU-NICIPAL DE HABITAÇÃO
7ª GESTÃO BIÊNIO 2018/2020
Data da Reunião: 26 de agosto de 2021
Horário: 14 horas
Local: Realizada através de videoconferência no apli-cativo

Aos vinte e seis dias do mês de agosto do ano 2021, às 14h, na plataforma do aplicativo “Microsoft Teams”, reuniram-se para a 16ª Reunião Ordinária do Conselho Municipal de Habitação – 7ª Gestão–2018/2022, conforme lista de presença, os **membros (as): Conselheiros (as) presentes:** Orlando Lin-dório de Faria (SEHAB), Alcides Alcides Fagotti Junior (SEHAB), Nelson Ferreti Filho (SEHAB), Bruna Gadelha da Silva (SEHAB), Alessandro Peixe Campos (COHAB-SP), Nilson Edson Leonidas (COHAB), Anna Carolina de Paula Madrid de Marco (SGM), Irineu Gnecco Filho (COHAB), Marcos Augusto Alves Garcia (SIURB), Patrícia Maria Drago (SF), Fernando José de Souza Marangoni (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo), Maria José Gullo (SEHAB), Irene Alice Alves Suguiyama (SEHAB) Pedro Caique Leandro do Nascimento, Letícia Yoshimoto Si-mionato (Secretaria Municipal de Gestão), Márcia Tiekto Omoto Yamaguchi (SIURB), Mariana Figueiredo Bertelli (SMUL), Maria Cláudia Pereira de Souza (CDHU) Mariza Dutra Alves (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra Leste 1), Alexandre Bonfim França (Unificação das Lutas de Cortiços e Moradia), Antônia Lindinalva Ferreira do Nascimento (Associação dos Moradores do Conjunto Habitacional 26 de Julho), Maria de Fátima dos Santos (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Uranide Sacramento Cruz (CEPROCIG - Centro de Promoção Resgate a Cidadania Grajaú - Paulo VI), Jomarina Abreu Pires da Fonseca (MSTC – Associação Movimento Sem Teto do Centro), Welita Alves Caetano Ribeiro (Associação Movimento de Moradia em Defesa dos Direitos Sociais – AMMDDS), José André de Araújo (Associação de Moradores do Jd. Manacá da Serra e Adjacências), Marisete Aparecida de Souza (Fórum dos Mutirões de São Paulo), João Bosco da Costa (ADOCC-SP), Maria Esther de Sousa (União dos Moradores das Vilas Antonio dos Santos, União e Adjacências-UMVASA), Maria Inês Batista (Instituto de Desenvolvimento Social e Cidadania de São Paulo), Manoel dos Santos Almeida (MDF- Movimento de Defesa do Favelado - Região Episcopal Belém), Miguel Gomes Lima (As-sociação dos Trabalhadores sem Terra da Zona Oeste - Residencial City Jaragua), Mirtes Maria Vaz Felix Gaspar de Souza (Associa-ção por Habitação com Dignidade), Veronica Kroll (Fórum de Cortiços e Sem Tetos de São Paulo), Darcy da Silva Costa (Fórum dos Mutirões de São Paulo), Álvaro Augusto Andrade Vascon-cellos (APEOP - Associação Paulista de Empresários e Obras Públicas), Joselia Martins Pereira (APOIO Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste), Violeta Saldanha Kubrusly (Conselho De Arquitetura e Urbanismo de São Paulo- CAU-SP), Samira Rodrigues de Araújo Batista (IAB-SP - Instituto de Arquitetura do Brasil - Departamento de São Paulo), Nunes Lopes dos Reis (PEABIRU), Daniela Ferrari Toscano de Britto (SINDUSCON-SP) Sandro Barbosa de Oliveira (Usina – Centro de Trabalhos para o Ambiente Habitado), Oliver Irapuam da Silva (Central dos Traba-lhadores e Trabalhadoras do Brasil no Estado de São Paulo - CTB-SP), Ana Gabriela Akaiishi (IAB-SP), Paula Carvalho Paschoal Raulino (Usina - Centro de Trabalhos para o Ambiente Habita-do), **Convidados Presentes:** Ana Maria Maluf Moussalli (SEHAB/SECMH), Arika Adachi (SEHAB/G), Maria Helena Ferreira de Almeida (SEHAB/SECMH), Giulia Pereira Patitucci (SMDHC), Instituto Ação Comunitária Vila dos Remédios, Mariana Sucupi-ra (SEHAB-DEPLAN), Rodrigo Brunetti (SEHAB/ASSIST), Dayse

Alcântara (Taquigrafia), Dulce Helena dos Passos Santana (Ta-quigrafia), Robson Mendonça (Movimento Popular Rua), Cléria Jardim (CEI – Jardim dos Anjos), Tadeu Lara Baltar Rocha, Carlos A. Mattos, Pedro Ribeiro, Isabela Luisi Fernandes, Lyssandra Ma-chado Martins (SEHAB/DEPLAN), , Edenilda, Flávia e Tonhão. **Conselheiros (as) ausentes:** Giulia Zanganatto (SMUL), Raul Alves Barreto Lima (SMADS), Marise Fernandes de Araújo (CEF), Sylvia Ammar Forato (COHAB), José Ricardo Paoliello (SMUL), Wilson Cabral da Silva (SF), Rafael Dalla Rosa (Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo), Tereza Lara (Associação Es-trela Guia dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Fe-lícia Mendes Dias (Associação Morar e Preservar Chacara do Conde - Fase I), José Marcelo da Silva (Associação Ação Comu-nitária Nova Heliópolis), Maria Silvone Oliveira (Associação An-jos da Paz da Vila Santista), Neurani Rodrigues Gomes (Unifica-ção das Lutas de Cortiços e Moradia), Jeremias das Neves (Movimento de Moradia dos Encortiçados, Sem Teto, Catadores de Papelão da Região Central de SP), Maria dos Santos Almeida (Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste), Sheila Christiane Santos Nobre (Associação de Moradia do Par-que Otero), Manoel Santos Silva (Associação dos Cidadãos Uni-dos da Zona Leste), José de Anchieta Rocha Junior (Associação Comunitaria de Moradores na Luta por Justiça), Wanderley de Almeida Gomes (Associação Ação Comunitária Nova Heliópolis), Adriana da Silva Oliveira (Associação de Defesa e Orientação ao Consumidor Contribuinte de São Paulo ADOCC-SP), Samira de Jesus Barboza de Souza (União dos Moradores das Vilas An-tonio dos Santos, União e Adjacências-UMVASA), Anderson Fer-nandes Guahy (Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil no Estado de São Paulo - CTB-SP), Luiz Cláudio Marcolino (CUT-SP), Delana Cristina Corazza (Centro Gaspar Garcia de Di-reitos Humanos), Orlando Corrêa da Paixão (AOB-SP), Alexandre Marques Tirelli (SCIESP - Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo), Carolina Rafaela Ferreira (SECOVI-SP), Mariana Estevão de Souza Moraes (SASP), Guilherme Leme Pe-razza (APEMEC - Associação de Pequenas e Médias Empresas de Construção Civil do Estado de São Paulo), Janaina Nascimen-to (APOIO Associação de Auxílio Mútuo da Região Leste), Inês Granada Pedro (CUT), Juliana Lemes Avanci (Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos), Fernanda Simon Cardoso (Facul-dade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-SP), Maria Alcécia Silva Pereira (OAB), Adelcke Rossetto Netto (Peabiru Trabalhos Comunitários e Ambientais), Debora Andrade Silva (SCIESP - Sindicato dos Corretores de Imóveis no Estado de São Paulo), Erich Aby Zayan Feldberg (SINDUSCON-SP Sindicato da Indústria da Construção Civil de Grandes Estru-turas no Estado de São Paulo), Marcio Jeha Chede (SECOVI), Daniela Fajer Rosa (Sindicato dos Arquitetos no Estado de São Paulo – SASP) e Paulo Emilio Buarque Ferreira. **Conselheiros que justificaram Ausência:** Marilena Fajersztan (SMUL), Sueli de Paula Santos (SMADS), Marcos Renato Matsuda de Melo (CEF), Monica Fátima Ziliani (Associação dos Trabalhadores sem Teto da Zona Oeste), Maria de Lourdes Zuquim (Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo - FAU-SP), Luciana de Oliveira Royer (Faculdade de Arquitetura e Ur-banismo da Universidade de São Paulo - FAU-SP), Denise Anto-nucci (Mackenzie), **Pauta da Reunião: 1)** Aprovação da Ata da 15ª Reunião Ordinária do CMH de 24/6/2021 , **2)** Apresentação pela Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento – SMUL- do cronograma dos pontos de discussão do PDE e pro-posta de criação de um Grupo de Trabalho do CMH para apre-sentar e sistematizar sugestões no âmbito da área de habitação; **3)** Informes das próximas etapas da operacionalização do Pro-grama Pode Entrar; **4)** Previsão orçamentária do Programa Pode Entrar em 2021 e suas fontes de recursos; **5)** Previsão orçamen-tária das PPPs e demais programas habitacionais em andamen-to em 2021; **6)** Proposta orçamentária dos programas habita-cionais para 2022. **Início Reunião:** O Secretário agradeceu a presença de todos. Constatado quórum deu início aos trabalhos. **Sra. Ana Maria:** Fez leitura da Pauta. **Item 01** - Aprovação da Ata da 15ª Reunião Ordinária do CMH de 24/6/2021, que foi aprovada por unanimidade. **Sr. Orlando:** Temos aqui algumas pautas para discutir, acho que mais informes, estão todos mais interessados em informações nossas, aqui do Executivo prin-cipalmente referente ao **Pode Entrar**. Acho que é um pouco do que nós sentimos aqui das demandas. Então nos concentramos nos materiais para falar sobre o **Pode Entrar**. Tiveram dois Conselheiros que pediram para que fosse votada a inclusão de três itens de pauta, só que solicitaram fora do prazo. Porém, como os itens de pauta são informativos nossos aqui do Execu-tivo, na verdade vocês vão ver que são informes simples, até porque imagino que as pautas estão um pouco fora do “time”, podemos até voltar depois para discuti-las com mais detalhes, mas eu incluí na pauta, com prerrogativa do Presidente. Incluí para que não ficassemos sem discutir o tema. E como já de-mostramos aqui nesses oito meses de gestão nossa, tentamos prezar o máximo possível a transparência. Então, optei por fazer inclusão de pauta pela Presidência sem necessidade aqui de barrar o pedido por uma questão regimental. Então pediu infor-mações sobre o orçamento do **Pode Entrar**, sobre **PPP** e sobre o **orçamento do ano** que vem, vou comentar aqui mais para frente. Se ninguém se opuser, se ninguém tiver nada o contrário, vou inverter a pauta aqui, tem uma proposta de criação de grupo de trabalho sobre o Plano Diretor, deixar aí mais para o final, acho que seria a única deliberação nossa aqui, e já ir direto ao **Pode Entrar**, que é o que todos tem nos perguntado mais e nos demandado mais. Tudo bem? Alguém tem alguma coisa contra isso? Acho que não, não é? Então, Ana, não sei quem vai colocar a apresentação, pode disponibilizar. Mais uma vez que-ria agradecer a todos pelo trabalho, tivemos sucesso na aprova-ção do **Pode Entrar** na Câmara com grande sucesso, pratica-mente por unanimidade, tudo mundo entendeu a urgência, e aqui está o trâmite da Câmara, foi protocolado na Câmara dia 15 de junho, e dia 11 de agosto foi despachado pelo Plenário para redação final, para a CCJ para que preparassem o docu-mento para vir para o Executivo. Isso aqui é um trâmite muito rápido, e que eu disse para vocês lá na minha primeira reunião do Conselho, vocês vão lembrar, que nós, eu, o Júnior, toda a equipe que tinha vindo da Casa Civil, a gente tinha condição de formar uma estratégia para alcançar isso, porque nós tivemos essa experiência, sabia como isso funcionava e a gente via que era uma possibilidade de votar isso com a celeridade, nós pro-metemos, é natural que muitos não acreditavam, tinham receio disso, até porque quando se fala em aprovação de lei na Câmara existem projetos de lei que estão há anos, cinco, dez, sete, então é natural que muita gente não acreditasse, mas está aqui, a comprovação, cumprimos o prometido, tivemos um pequeno atraso só pela natural infelicidade que aconteceu com o Bruno, é natural que o Prefeito novo quisesse ter acesso ao projeto, então ele pediu para conhecer, levou umas duas semanas para marcamos uma agenda, queríamos ter mandado isso até o final de maio, levou duas semanas a mais para apresentarmos, ele concordou, mandamos dia 15 de junho. Estamos com o projeto aprovado e no dia 20 de agosto, segunda-feira agora, se não me engano, ou sexta, a carta de lei, que é o documento oficial que registra a aprovação na Câmara chegou ao Executivo, che-gou na

nar, processo normal de qualquer projeto de lei, mas não queremos usar todo o prazo que temos. Em paralelo a isso já estamos trabalhando na regulamentação, porque também não queremos usar o prazo colocado no PL de 60 dias para regulamentação. Então o Júnior já falou com o Grupo de Trabalho que ajudou a estruturar o PL, esse mesmo grupo de trabalho, a pedido se não me engano na outra reunião da Conselheira Fátima, não lembro quem, pediu que já fosse em paralelo trabalhando. O Grupo de Trabalho pediu para que fosse minutado. **Sr. Orlando:** Então semana que vem o jurídico já deve propor um texto preliminar para discutirmos junto ao GT. Lembrando que nosso prazo formal seria sessenta dias após a sanção, mas estamos fazendo todo o necessário para acelerar todos os processos. Aqui vai uma informação importante, principalmente para as entidades, o **Pode Entrar** tem diversos instrumentos de provisão habitacional, todos eles terão que ser regulamentados, **Pode Entrar Entidades, Aquisição, Locação Social, Carta de Crédito**, todos terão regulamentação. Para que agilizemos o **Pode Entrar Entidades**, que é nosso compromisso principal, estamos propondo fazer regulamentações parciais, então propusemos para a Casa Civil, primeiro preparamos a regulamentação do Entidades, para já destravar, depois vamos fazer as regulamentações dos outros instrumentos, está bom? Todos estão andando aqui nas equipes técnicas da Habitação, nada vai demorar muito tempo, a ideia é que tiremos o Entidades o mais rápido possível do papel. Posterior à publicação da regulamentação, nós teremos que republicar a instrução normativa, que na realidade já está pronto, o principal, a parte de mérito, conteúdo, vocês já produziram, vai ser só uma readaptação, porque agora o Projeto não é só uma Resolução, é uma Lei, então tem que ter algumas adaptações jurídicas, mas provavelmente aqui não dependerá de muito tempo. Publicando isso, em seguida sai a publicação do Edital de adesão das entidades aos chamamentos anteriores. O que significa isso? Temos várias entidades que aderiram aos chamamentos de 2015, 2016, agora vamos precisar ter a confirmação se a entidade mantém o interesse ou não naquela área, isso formalmente. Então aqui nas próximas etapas eu passei para vocês a sequência formal dos atos. Aí vale uma informação política, nossa meta é que assinemos os contratos, boa parte deles, esse ano ainda, é nossa meta aqui em outubro, novembro que já tenhamos um conjunto de contratos assinados. Para que agilizemos o processo, as informações que temos dos projetos são da época que vocês fizeram a proposta do **Pode Entrar** em 2018, 2019. Que tipo de informação é relevante para nós? Tem projeto aprovado, com alvará de construção já emitido, a condição do terreno, entre outras informações, que vão balizar o primeiro lote de contratos. Quem vamos priorizar? Aqueles que estão disponíveis para iniciar a construção. Basicamente é isso, naturalmente os critérios vão estar escritos na instrução normativa, no edital. O que nós queremos? Todos aqueles chamamentos e projetos que estejam aptos a iniciar a obra imediatamente terão recursos garantidos e nós queremos assinar esse ano ainda, ficando para uma segunda rodada aqueles que vão preenchendo os requisitos da documentação. Por exemplo, temos algum projeto que está aqui em SMUL, para licenciar e receber o alvará de construção, sem problema, quando conseguir juntar a documentação nós assinamos o contrato. Para que façamos um levantamento de todas as informações atualizadas, porque tivemos dois, três anos entre 2018 até agora, nós vamos chamar todas as entidades que estão nos chamamentos para serem recepcionadas por um grupo de representantes da SEHAB/COHAB. Isso a partir de segunda-feira, então não vamos esperar a regulamentação, a instrução normativa, já queremos fazer um balanço agora de como estão os projetos, as situações de cada entidade. E também para já abrir um canal, vocês terem aqui um canal de comunicação oficial. Nós criamos um e-mail, está aí na tela, podentrentidades@prefeitura.sp.gov.br. Estou pedindo para que as entidades mandem e-mail e já agendem aqui uma conversa com esse grupo de representantes, é um grupo da SEHAB/COHAB, como disse, e o objetivo da conversa é primeiro atender vocês, entidades, verificar o status das documentações, dos projetos, da situação fundiária, questionar os órgãos públicos sobre os projetos estagnados e depois vir comigo despachar qual vai ser o processo dos critérios que vamos selecionar a primeira leva. E aqui acho que o posicionamento mais importante de político do Executivo. Nós vamos garantir orçamentariamente, e espero que juridicamente, aí é um trabalho em conjunto, todos os projetos que estavam previstos inicialmente no **Pode Entrar**, se não me engano 1400 unidades que era o projeto inicial, aquele lançado em 2019, o orçamento para isso está garantido, prioritariamente vamos colocar o recurso do **Pode Entrar** em entidades. Depois que garantimos que os projetos das entidades, estou registrando assim, que vamos garantir todo o recurso para os projetos dos chamamentos da Entidades, posteriormente vamos liberar os outros instrumentos do **Pode Entrar**. Lógico, estou dizendo que vamos garantir os projetos inicialmente prontos para iniciar, então esse levantamento que vocês vão nos apresentar que vai dar o embasamento de quantas unidades estão aptas para iniciar a construção e liberação de recurso, se não me engano o balanço que vocês fizerem lá atrás, vocês não, a assessoria técnica, das 9.400, 1.200 ou 2.000 e poucas unidades estavam prontas para começar inicialmente. Imagino que isso tenha subido nos últimos dois anos, porque o projeto deve ter andado em SMUL, então devemos ter mais unidades para assinar. Repito, todos os projetos que estiverem aptos a iniciar obras agora serão contratos e liberado recursos. Ligado ao **Pode Entrar**, mas já atendendo ao pedido dos conselheiros de inclusão de pauta, qual era a previsão orçamentária do **Pode Entrar** para 2021, já temos aprovado no FUNDURB para o **Pode Entrar**, 44 milhões e já temos do orçamento inicial de 2021, 95 milhões e 500, esse valor ainda está congelado, mas é só pedirmos o descongelamento, assim que fizermos o balanço do que será necessário para execução das obras para esse ano. Lembrando, aqui vocês veem um número não muito grande, mas é porque vamos ter provavelmente apenas um ou dois meses em 2021 com obras, se conseguirmos contratar tudo em novembro, provavelmente vai ter um mês só de obra então esse recurso é muito provável que seja suficiente para o start dessas primeiras unidades. Agora, sem prejuízo nenhum, se precisar de mais recurso, nós já temos o compromisso do Prefeito Ricardo Nunes e da Fazenda de aportar mais recursos no **Pode Entrar**. Mas nossas simulações mostram que isso será suficiente para dar o início no mês de novembro e dezembro. Só uma observação, essa operação de crédito foi uma operação tomada lá atrás no Santander, o recurso já estava disponível. Aqui uma **segunda pauta** pedida pelos Conselheiros, que era a **previsão orçamentária da PPP da COHAB em 2021**. Por que eu falei que era simples de esclarecer? **Não tem execução orçamentária da PPP em 2021**. Provavelmente vamos ter custos em 2022, provavelmente não, teremos custos em 2022 por conta da descontinuação e gerenciamento e um pouco de conta prestação no segundo semestre de 2022, mas 2021 não tem custo com a PPP. Alguns Conselheiros me pediram para ter mais informações da PPP, eu acho justo e já encaminhei esse pedido para a COHAB, não sei se o Nilson e o Alex estão aqui, já aviso, Júnior, que na próxima reunião vou incluir na pauta uma apresentação da PPP, para que todos aqui tenham conhecimento de como a PPP funciona, eu não coloquei antes porque estávamos juntando esforços aqui no **Pode Entrar**, como estamos superando a fase do **Pode Entrar**, então acho que podemos falar sobre a PPP, o mais importante aqui é dizer que as contas prestações e investimentos do município só vão acontecer quando as unidades forem entregues, o que está previsto para apenas o segundo semestre de 2022. Ou seja, por isso que falei que essa pauta é muito simples de falar, porque não tem em 2021 nenhum recurso investido na PPP. E também perguntaram da mesma pauta, na Secretaria, aqui vai uma informação importante, depois que o Minha Casa Minha Vida acabou, nós ficamos sem programa

habitacional, o que levou vocês inclusive a elaborar o **Pode Entrar**. Então nós ficamos sem programa próprio, então o custo que nós temos de outros programas basicamente é ou uma outra prestação de pequenos investimentos como vocês estão vindo do Minha Casa, Minha Vida, que já estão sendo entregues, finalizando, mas é pouco investimento, ou então, as produções com recurso próprio da prefeitura ou fundos, então aqui tem um resumo do que foi produzido independente do Governo Federal, aqui tem alguns investimentos do Governo do Estado também, mas a **previsão orçamentária para a produção própria é de 237 milhões em 2021. Pediram sobre programas habitacionais em andamento**, isso não é exatamente o programa, mas provisões habitacional, temos feito alguns vinculados à urbanização, alguns têm operação urbana, mananciais, mas como o valor é significativo, que demonstra um pouco nossos investimentos, então 237 milhões é o investimento em provisão habitacional para 2021. **Um outro pedido que fizeram, sobre a proposta orçamentária para 2022, eu queria deixar claro, o prazo para a prefeitura entregar o orçamento para 2022 é 31/09/2021**, então tudo o que se fala em proposta orçamentária antes disso não é oficial, não pode ser tida como verdade, porque para terem ideia, cada departamento da SEHAB ou COHAB tem uma proposta diferente, então eu não poderia trazer aqui algum número, porque o DEPLAN apresenta um número, Obras apresenta outro, regularização fundiária outro, Fazenda outro, então isso tudo são mecanismos internos de execução e planejamento do orçamento, para terem uma ideia, o sistema da Fazenda está zerado de orçamentos porque ainda não terminou a fase de discussão do planejamento orçamentário, estamos aqui numa discussão de planilhas, é natural termos um planejamento que estamos elaborando para apresentar para a Fazenda, mas esse planejamento vai para a Fazenda, que ajusta, depois vai para o Gabinete do Prefeito, há ajustes, volta para nós, reajustamos, qualquer número dado aqui não pode ser tido como formal. Número formal de orçamento de qualquer secretaria só pode ser tido como real a partir do dia 31, quando realmente o Poder Executivo encaminha a proposta do orçamento para o Legislativo. E ainda sim vai haver processo de discussão orçamentária da Câmara de três meses para ser votado no final de dezembro, para realmente termos a peça orçamentária para o ano que vem, então quando falei aqui que talvez fosse um pouco fora do timing era por causa disso. eu não tenho problema nenhum em voltar essa pauta no dia 1º de outubro e vir aqui apresentar o que nós propusemos para o Legislativo do nosso orçamento para os Programas Habitacionais. estamos aqui discutindo isso, e reforçando que especificamente o **Pode Entrar Entidades** é nossa prioridade orçamentária e devemos prever algumas coisas também para os outros instrumentos sem em hipótese nenhuma comprometer aquilo que foi combinado com este Conselho. Antes de passar para a pauta número 2, tem cinco conselheiros que pediram a palavra, imagino que seja sobre o **Pode Entrar**, então antes de mudar de pauta vou abrir a palavra. **Sra. Fátima:** Boa tarde, meu nome é Maria de Fátima dos Santos, sou conselheira Municipal de Habitação pelo Movimento de Moradia da Região Sudeste e União dos Movimentos de Moradia. Eu tenho dois questionamentos. Primeiro, como o senhor colocou, que agora foi para o Prefeito sancionar, inclusive até mandamos, eu enviei um ofício falando da emenda 14 linha A, falamos com o Alcides, o Secretário Adjunto a respeito disso, então é de grande importância para nós que essa linha A saia dessa emenda, deixa de fora vários companheiros, várias entidades. A outra é a questão da regulamentação, nós tínhamos falados, o senhor colocou muito bem essa questão de já começar essa reunião do GT, mas já era para estarmos discutindo isso. Inclusive eu cobrei esses dias de novo o Júnior, ele falou que dependia do jurídico, então para que agilizemos um pouco mais. Outra questão é os alvarás das entidades, também vai comprometer muitas entidades que estão avançadas e presas dentro da Secretaria com os alvarás, é um absurdo, porque nós mesmos de fora por conta da pandemia conseguimos trabalhar todo esse tempo, foi muito trabalho e aí dentro não conseguimos trabalhar, não conseguimos ter uma resposta sobre o alvará, estamos com o nosso desde 2019 esperando para dar ok, saíu do CAEIS, que aprovou, tinha uma questão que só dependia do CAEIS, e hoje não tivemos um retorno, tivemos uma reunião antes de ontem com o secretário da SMUL, César, e ficamos quase dois, três anos para aprovar um alvará. e aí eu coloco que a questão das entidades tem que olha que estão em áreas da prefeitura, são áreas que têm que ser construídas, não são áreas de outras pessoas, são áreas da prefeitura, se não saírem os alvarás, vamos ficar amarrados, vamos estar com todos os projetos ok esperando um alvará da construção, que está demorando de dois a três anos, sendo que anteriormente poderia ter saído em menos, nós tínhamos um acordo de sair alvará pra entidades, para pessoa de baixa renda em menos de seis meses e agora está com quase três anos que estamos esperando o alvará. Essa é minha colocação, para que agilizemos, que as entidades consigam participar, que consigamos entrar, se não vamos ficar amarrados aí dentro, não pelo esforço das entidades, porque as famílias já pagaram para fazer os projetos fora e ficam dependendo de um alvará sair daí. A outra questão que já vou colocar é que o senhor veja isso dos técnicos, que realmente tenha experiência para tocar essas coisas, para agilizar esse processo, porque se tiver uns técnicos que chegam lá e não entendem nada do processo, não conhecem as entidades e vamos ficar amarrados com isso, realmente que sejam técnicos bem profissionais para agilizar o processo, se não vamos ter o Programa, a lei, o Prefeito vai sancionar, já trabalhamos na regulação, vamos tocando tudo e vamos ficar amarrados aí dentro com técnico analisando, ficando dois anos para analisar o processo. Obrigada. **Sr. Orlando:** Só para emendar antes de passar a palavra, até porque talvez seja a palavra de outras pessoas também, a questão da emenda 14, o Júnior falou comigo, nós trabalhamos o máximo possível para criar um texto em concordância de todos os atores que estavam envolvidos, vereadores, Executivo, sociedade civil, mas é natural que um vereador, a Câmara, tem liberdade, autonomia e poder institucional de incluir suas emendas, ela foi votada e aprovada. Essa é a única emenda que não estava no acordo, em conjunto conosco, então acho que é importante reconhecer que todas as demais emendas dos vereadores que propuseram apresentaram para nós, discutimos, modificamos, aceitamos isso, não aceitamos aquilo, então houve uma negociação política e institucional, inclusive muito sadia, que construiu um texto que todo mundo acompanhou. Essa realmente eu acho que colocaram lá na hora do plenário e aprovaram. Não é a Secretaria de Habitação que propõe sanção ou veto de lei, estamos na Casa Civil, então falo com autoridade, quem prepara a avaliação técnica para mandar para o Prefeito as sanções e vetos é a ATL, mas as Secretarias são ouvidas, justamente estamos nesse ponto agora, a Secretaria de Habitação vai ponderar isso que você pediu, Fátima, porque temos a avaliação que isso não passou pela concordância da Secretaria de Habitação, e nós vamos colocar isso no nosso parecer, que não havia concordância da Secretaria com essa emenda, as demais tinham, essa não. Vamos encaminhar isso ara a ATL, depois vamos explicar exatamente isso, porque ATL, a Casa Civil e o Prefeito precisam saber dessa construção e que essa emenda não estava acordada conosco. Sobre a regulamentação já falei, semana que vem o jurídico vai disponibilizar, optamos por ao invés de fazer uma discussão vazia, fazer uma discussão em cima de um texto, ela vai ser mais rápida, inclusive acho que foi sugestão também do GT. A questão do alvará, Fátima, você tem razão, nós estamos estudando aqui inclusive propor para o Prefeito um decreto, inclusive o Júnior já está até minutando, um decreto para propor uma espécie de fast track para liberação de alvarás de HIS, não pode ser a mesma fila, não tem a mesma prioridade dos licenciamentos, então vamos propor, não sei se equipes dedicadas, estão bolando aqui alguma coisa, mas independentemente de

institucionalizar um fast track para HIS, estamos aqui já preparando uma equipe nossa, técnica também, para acompanhar esses alvarás junto com a Secretaria de Licenciamento, acompanhar um por um, e por isso que pedimos para as entidades mandarem o e-mail e vir aqui apresentar caso a caso, porque não temos o mapeamento atualizado de todo mundo, imaginamos que muitos evoluíram, outros não, mas não temos essa fotografia atualizada, então é importantíssimo, todos venham para podermos atualizar isso. Depois vamos ajudar nessa gestão desse licenciamento. É como eu disse na primeira reunião, a entrega do **Pode Entrar** Entidades especificamente faz parte do nosso plano de metas, significa 20% das entregas do nosso plano de metas, tem que sair, vai virar uma gestão nossa também. Sobre o corpo técnico, é uma preocupação nossa, está no nosso radar, a COHAB a partir de agora terá que fazer o trabalho que a Caixa fazia, de elaboração dos contratos, avaliação de documentos. Então já temos conversado aqui com o Presidente Alex, com a equipe, com o Nilson, para prepararem uma equipe técnica, um corpo técnico, porque eles vão absorver toda uma demanda que era da Caixa. Antes a COHAB fazia uma parte desse processo, agora vai fazer todo. Mas isso está no radar, sua preocupação é extremamente relevante e temos discutido isso aqui praticamente todos os dias, porque realmente vai ter não só um processo novo, como um volume razoável, porque vão vir todas as entidades ao mesmo tempo, então isso vai ter que ter um fluxo bem elaborado e estamos trabalhando nisso. **Sr. Alcides:** Secretário, é importante só para deixar mais enfático ainda, esse grupo vai atender todos os chamamentos, independente do status do chamamento, se ele está mais avançado ou menos, é justamente para poder acompanhar depois o andamento dele, essa questão dos alvarás, renovação de certidão, tudo o que tem pendência dentro do chamamento, problema com área, se tem alguma questão de desapropriação. Enfim, todos os problemas serão levantados e pontuados por esse grupo, para até que o próprio gabinete do Secretário possa atuar para destravar esses processos, então acho que é importantíssimo, todos serão atendidos, pedimos só a compreensão porque são bastante, então a partir de segunda-feira vocês vão mandar o e-mail e logo na sequência, na mesma semana, já vamos começar a agendar o atendimento de todos. Só pra enfatizar. **Sra. Paula:** Boa tarde a todos. Tenho algumas pautas, acho que muitas das coisas foram esclarecidas aí pelo Secretário. Queria colocar aqui a importância de fazermos a reunião do GT. Não é, Júnior? Acho que nós temos pedido constantemente, mesmo às vezes não tendo esse boneco pronto, porque eu entendo que vamos partir da base desde anterior, que era da Resolução, mas de lá para cá muita coisa muito mudou. Se não me engano 2018, 2019 que inscrevemos ele. E atualmente, não sei se você têm acompanhando a situação de obra, anda bem complicada, então tem muitas coisas que precisamos rever nessa instrução normativa, principalmente o valor da unidade habitacional que estava previsto, porque, por exemplo, o aço, tivemos um aumento de 160%, então precisamos pensar nessa instrução normativa de uma forma que ela entenda a situação que estamos passando hoje, porque inclusive estou numa obra agora, muitos colegas que estão aqui presentes estão sofrendo com a mesma coisa que estamos passando aqui porque é uma situação fora de todas as obras que já passamos na vida. Aumento do aço em 160% em dois anos, isso nunca existiu na vida, então temos que garantir que consigamos concluir essas obras, não podemos começar um programa não pensando no que pode acontecer pela frente, então é muito importante retomarmos essa discussão do GT porque temos muitas pautas para acrescentar nisso para não ficar algo não conclusivo, eu imagino que vocês tenham o interesse que conclua, entregar as unidades, então precisamos fazer de fato um programa, uma instrução normativa que atenda a todo mundo, que possamos concluir as obras e não o que está acontecendo com as obras, que estão quase todas paralisadas do Minha Casa, Minha Vida Entidades, por não ter reajuste, não ter uma série de problemas. A outra questão é quanto a esse grupo de trabalho que vocês formaram, queria agradecer porque foi até um pedido das entidades e assessorias, nós de fato precisamos entender esses processos que estão parados na prefeitura, todo mundo entende a situação da pandemia, sabemos que vocês têm técnicos que estão parados, em situação de risco, ficaram fora e isso causou atraso nos atendimentos, mas agora é uma corrida contra o tempo, esse processo que a Fátima estava falando só faltava emitir alvará, e vocês reanalisaram e voltou para a estaca zero, a entidade está tendo que entregar coisas que já entregou. Então é muito importante que tenham pessoas competentes que de fato entendam o que é uma aprovação para o movimento de moradia, não atem que voltar para a estaca zero, temos que dar continuidade aos processos que estavam em andamento. Esse entendimento é muito importante, se temos a meta de aprovar ainda esse ano, estamos agora começando setembro, é um período bem curto e tem muita coisa para agilizar, principalmente desses terrenos do chamamento, nós consideramos que é de interesse da prefeitura, porque já tem investimento em cima de vocês desses projetos. Uma outra dúvida que eu fiquei é em relação aos valores disponíveis para 2021, eu vi que tem dinheiro do FUNDURB, uma porcentagem, e esse outro seria exatamente o que? É aquele anterior do Santander, algo assim? Porque até um valor muito menor do que foi passado para nós nos outros anos, eu queria entender um pouco isso. Sei que deve estar no plano de meta para 2022, mas o que vocês têm como meta para 2022, se puder já colocar mesmo que informalmente, só para podermos ter essa noção, porque imagino que poucos serão aprovados esse ano, a maioria ficará para o ano que vem, então precisamos saber como estará nossa situação ao que vem. **Sr. Orlando:** Sobre a questão dos reajustes, tem razão, não adianta fazer um plano que não ande e é real, que tem levantamentos, tabela de SIURB foi atualizada em alguns casos, existem pedidos de equilíbrio com vários setores da prefeitura, acho que precisamos estudar isso mesmo, Júnior, porque de fato não adianta elaborarmos tudo e na prática não acontecer porque não conseguimos executar. Mas está registrada. A questão dos alvarás acho que tem que ver com a Fatima. A última pergunta, só para deixar claro, o valor que estava no orçamento, que era 250, 220 milhões, é o que a Câmara autorizou a prefeitura a tomar de crédito, fazer operação de crédito, então podemos ir em qualquer banco e está autorizado pela Câmara a fazer uma operação de crédito para Unidades Habitacionais. O que a prefeitura já fez? Os 90 milhões do Santander, já estão disponíveis na conta, a diferença, cento e poucos, podemos ir na Caixa, Itaú, imediatamente quando precisar. Hoje não precisa tomar esse crédito, nós temos dinheiro no Tesouro ainda para Habitação, temos dinheiro do FUNDURB, então ainda não será necessário tomar esse crédito; se for, nós vamos tomar e já está autorizado, é uma operação de literalmente dias com o banco, como já tem autorização legislativa, capacidade de financiamento, a prefeitura levanta esse recurso em questão realmente de dias, quinze ou vinte dias o recurso está disponível. Essa é a diferença, eu trouxe naquele slide o que está disponível para uso, muito provável que esse ano não use aquilo, porque vai ter um mês de execução, vai ser só no início. Para o ano que vem nós vamos precisar desse balanço, porque as entidades não nos apresentaram, precisamos saber daquele montante de 9 mil e tantas unidades que estão nos chamamentos, quais estão mais avançadas as parcerias aprovadas do começo do ano, que vai consumir orçamento o ano inteiro, quais nós estimamos que vão ser aprovadas no meio do ano, que vai consumir um orçamento de seis meses, então precisamos fazer um planejamento orçamentário que depende extremamente desse feedback das entidades. Nunes. **Sr. Nunes:** A Paula falou a maioria das coisas que eu ia perguntar, então eu vou só tirar uma dúvida em cima da resposta que você deu, em relação ao Santander, ao empréstimo. Teve uma aprovação da Câmara agora pelo empréstimo, mas pelo que nos foi apresentado na

época do João Farias já havia sido feito um empréstimo de 200 milhões no Santander em 2019, 2018, não era uma autorização, era uma operação de crédito que já tinha sido feita e esse recurso estava para a SEHAB, isso foi o que tínhamos entendido, que me lembre, podemos retomar as atas para esclarecer se é isso mesmo. **Sr. Orlando:** Nunes, eu não estava aqui, eu não me lembro, acho que foi pedido ao Santander inicialmente os 200, mas na hora de fechar o contrato eles quiseram diminuir, porque até o fim do ano não usaria tudo, eu não lembro exatamente, mas é importante registrar que é uma discussão irrelevante no momento em que estamos garantindo orçamento de qualquer fonte que seja. A disposição do Prefeito é disponibilizar inclusive do Tesouro, se você tem dinheiro disponível já no Tesouro, não precisa tomar crédito e pagar juros. Ou então às vezes você tem uma operação de crédito interessante, com juros pequenos, a longo prazo vale a pena. É uma análise mais da Fazenda, no meu entender o importante é que se temos X projetos aprovados, que vão custar tanto, que nós tenhamos o recurso todo disponível. **Sr. Orlando:** A discussão da fonte, a Fazenda vai disponibilizar onde achar melhor. **Sr. Nunes:** Só reforçar aqui, é importantíssimo esse grupo que vocês criaram, se de fato conseguirmos fazê-lo operar e ter uma atuação, especialmente junto à Secretaria de Licenciamento, que eu acho que é um gargalo importante para resolver e destravar os projetos, acho que vai nos ajudar muito. **Sr. Orlando: Sr. Darcy:** Uma pergunta simples, sobre o Locação Social dentro do **Pode Entrar**, ele é 20% da demanda, mas também essa mesma demanda contempla a população em situação de rua. Quando vamos ter uma locação destinada, quando tem previsão iniciar alguma coisa para ser entregue para a população em situação de rua? **Sr. Orlando:** Darcy, estamos fazendo essa discussão de locação social para a população de rua quase que semanalmente com o Prefeito. Ele tem nos questionado bastante, feito uma sequência de reuniões com diversas Secretarias, a Assistência de Saúde, teve uma que eu estava afastado por COVID e o Júnior participou, e antes inclusive no Ricardo assumir, com o Prefeito Bruno Covas, nós já tínhamos no plano de metas a meta de entregar parte da locação social para moradores de rua. Locação social nós temos aqui algumas estratégias que estamos estudando. A primeira vocês já sabem, que é a do **Pode Entrar**, estão trabalhando na regulamentação dela, mas também temos outras, estamos escrevendo ainda a proposta, mas a ideia é soltar até o fim do ano também ou no começo do ano, é um momento amplo para contratar mil, duas mil, três mil unidades, prioritariamente no Centro Expandido, que era um pedido do Prefeito Bruno Covas lá atrás e reforçado pelo Prefeito Ricardo. Dentro disso, nós discutimos inclusive mais que 20% hoje, o Prefeito Ricardo nos tem pedido para ver se conseguimos expandir, hoje estamos na fase de estudo do acompanhamento social de moradores de rua, a ideia não é simplesmente pegar e colocar ali numa unidade habitacional sem um apoio, sem acompanhamento, então resumindo, dentro do programa de locação social inteiro vamos separar fatia X, que ainda não está definido, tinha 20%, talvez ampliemos isso, para morador de rua e com acompanhamento mais próximo da Assistência Social e a SEHAB disponibilizaria, como temos o mecanismo de viabilizar a locação social, disponibilizamos tudo e cedemos uma parte para Assistência Social fazer a gestão, porque é ela que vai fazer avaliação de quem tem mais ou menos autonomia para ir para locação ou outro equipamento X, não é a nossa especialidade, mas vamos a curto prazo disponibilizar unidades de locação social para morador de rua. **Sr. Darcy:** Secretário, inclusive há um grupo que também está trabalhando bastante numa possibilidade de portaria, isso ainda vai ser apresentado para o Conselho, está indo justamente dentro dessa linha que você acabou de apresentar agora, talvez se houvesse a possibilidade de apresentarmos essa proposta com esse grupo com o senhor. **Sr. Orlando:** Darcy, foi você que me apresentou um projeto quando eu era Secretário Adjunto de Governo? **Sr. Darcy:** Sim, eu me lembro. Desde aquela época quando te conheci, eu tenho acompanhado o seu interesse em resolver essas questões de habitação dentro da cidade, principalmente da população de rua, quando eu soube que você assumiu a Secretaria de Habitação fiquei muito contente. **Sr. Darcy:** Pela sua vontade, seu empenho e sua inteligência, de conseguir viabilizar muitas coisas. **Sr. Orlando:** Darcy, eu falei desse projeto para o Prefeito semana passada. Estava na Secretaria de Governo, não era minha pasta, e ele pediu para ver, você ainda tem, pode me trazer aqui um dia? **Sr. Darcy: Sim, eu vou tentar levantar esse projeto e agendo com sua secretária. Sr. Orlando:** Vou pedir desculpas mais uma vez, eu pedi para concentrar primeiro o **Pode Entrar** para tirar as dúvidas mais relevantes, apresentar aqui o que era mais importante, tenho uma reunião agora às três. Vou passar a presidência do Conselho para o Alcides, o Júnior, que inclusive está liderando o processo com vocês e com a Câmara, do **Pode Entrar**, então ele tem mais conhecimento técnico do que eu em alguns casos do **Pode Entrar**, então vocês não terão prejuízo nenhum, mas se quiserem depois tirar alguma dúvida direto consigo pode ligar, marcar aqui quando quiserem. Acabo sendo convocado para algumas reuniões, peço perdão. Alguém queria falar alguma coisa agora antes de eu sair? **Sra. Fátima:** Tem uma fila ainda, pena que você vai sair, mas o Júnior fica para nos ouvir. **Sr. Orlando:** Não tem uma vírgula que o Júnior não me passa e mais, não tem uma vírgula que o Júnior não resolva. Mas imagino que muitas das dúvidas são questões sobre o programa, e como estamos trabalhando em cima dele o tempo todo e o Júnior está a frente disso, ele vai tirar todas as dúvidas necessárias. Obrigado, até a próxima. Júnior. **Sra. Uranide:** Eu fui muito contemplada na fala da companheira Fátima, mas eu queria fortalecer mais ainda tudo o que ela coloca, principalmente quando ela diz que as famílias já trabalharam muito, já pagaram o projeto, mas tem uma outra coisa que as famílias fazem, que é ser guardiã, todas as entidades estão guardando suas áreas, às vezes até as famílias se colocam em risco, evitando ocupações, eu gostaria de deixar isso aqui registrado nesse Conselho, que as famílias, a partir do chamamento que as entidades assumiram suas áreas, suas famílias passaram a cuidar disso, isso é um trabalho muito sério, acho que é um trabalho de bastante dedicação, muitas entidades nós sabemos que já enfrentaram inclusive o tráfico para evitar uma ocupação porque isso traria um transtorno muito grande para a COHAB. Outra preocupação que eu queria fortalecer é sobre a equipe, vou te perguntar, Júnior, o Secretário acabou de falar para passar um e-mail marcando uma reunião com as entidades, para fazer esse levantamento. Eu acredito que para fazer esse levantamento temos que ser recebidos por pessoas conhecedoras e técnicas, correto? Para ter esse resultado. Foi muito bom tudo o que o Secretário colocou, foi muito importante, espero que tudo realmente aconteça, por isso estou colocando essa fala. Então já existia uma equipe técnica dentro da COHAB que conhece todos os seus projetos, então não vejo sentido colocar para receber essas entidades uma equipe que temos que começar a contar a história desde o início tudo de novo, isso não vai nos ajudar, só vai atrasar, como a Fátima colocou. **Sr. Alcides:** Na verdade, a proposta é melhorar a equipe, no sentido de que vamos colocar gente do Gabinete também, gente da SEHAB, para que outras questões que surjam, que talvez tenham que ter intervenção do Gabinete, do Secretário, da Regularização Fundiária, do Jurídico por conta de estar pendente de emissão de posse, uma série de questões que vão aparecer, e olhando caso a caso, por isso é importante que todas as entidades participem, por mais que já esteja tudo redondo no processo, é importante que ela vá lá para constatar que está tudo certo, porque eu sinceramente acho que esse vai ser nosso grande avanço, essa reunião da equipe técnica entidade por entidade. Ali é onde vamos identificar cada problema de cada projeto para poder solucionar, esse é o único objetivo desse grupo de trabalho, que vai contar com as pessoas que já participaram anteriormente, que já conhecem o processo, e mais ou

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

tras pessoas no apoio para ajudar no diálogo com outros entes, eu vi a Paula, o Nunes, a Fátima e você, inclusive, todos mencionaram a interlocução com outras Secretarias, então a partir desse grupo começamos a interlocução de problemas específicos de cada um dos projetos com as outras secretarias. Esse é o objetivo, aproveitei o seu questionamento já para colocar para todos os outros colegas que devem estar com essa mesma dúvida. **Sra. Uranide:** Eu queria também propor que se possível já sair daqui uma data de reunião com o GT que está acompanhando o programa, já sairmos com essa data prevista com esse grupo, como o Nunes acabou de falar é muito importante, também levando em consideração a fala do Secretário, a questão do tempo, estamos em setembro, se é a intenção de fazer a contratação ainda esse ano, a coisa precisa ser muito ágil mesmo. **Sra. Mariza:** Já adiantaram minhas falas, a Fatima falou um pouco da preocupação de pensar a data para a retomada do GT, o Nunes falou um pouco e a Paula falou uma coisa muito importante, a questão do orçamento, que além do aço, cimento, areia, tudo, concreto, bloco, essas matérias primas aumentam a cada dia, aumenta o dólar, dispara aqui também no Brasil os materiais de construção, a Paula me representou falando sobre estarmos atentos ao orçamento. Sobre a fala da Fatima, eu queria deixar uma observação, eu faço parte do Conselho do CAEIS e saio dali muito triste, porque só vem na reunião para aprovarmos ou discutirmos projetos, de dois mandatos que estou lá, só vem das construtoras, dos movimentos populares vieram dois ou três projetos. Então às vezes a construtora manda projeto misto, HIS, muito pouco, a porcentagem a maioria é para renda alta. Eu fico muito triste, fico pensando, cadê nossos projetos? Os movimentos lutam tanto, trabalham tanto, cadê para aprovarmos os alvarás? Sabemos que teve todo esse desmonte para as entidades, mas estamos esperando. Então pedimos, Secretário, que essa comissão, que a SMUL e a equipe trabalhem e mandem para a CAEIS para aprovarmos os alvarás das entidades. Estamos aguardando, espero que agilize, eu fico triste porque todos os projetos são sempre das construtoras, todas as reuniões, Tenda, Accuri, todas as construtoras, menos dos movimentos. Estou na perspectiva que vamos trabalhar aprovando alvarás para as entidades, estou na torcida, espero que chegue. Era essa minha preocupação. Vamos agora discutir o Pode Entrar, principalmente as entidades, então queremos que apareça para trabalharmos e aprovarmos os alvarás. **Sra. Mari-sete:** Boa tarde a todos. Quem tem alvará que saiu em 2017, 2018, como fica a situação? Vocês já estão checando? Porque cada um fala um prazo, um fala três anos, outro fala cinco anos, estamos bastante preocupados. Porque assim que pegamos o terreno já corremos para elaborar projeto, deixar tudo certinha, porque acreditávamos que seria uma coisa rápida, e no fim estamos com medo de ficar para trás, porque já tem alvará aprovado, mas está prestes a vencer ou está vencido já, ainda não conseguimos essa informação. Nós queríamos ter essa confirmação. Outra coisa, mandamos uma pauta solicitando reunião para tratar de outros assuntos, estamos aguardando para tratarmos de outros projetos também. **Sr. Alcides:** Mari-sete, sobre o alvará, justamente para isso que criamos o Grupo de Trabalho, para atendê-los e ver se é melhor já revalidar, se não precisa, tudo isso vai ser tratado nesse âmbito, caso a caso. Tem certidão que tem que ser revalidada, tem uma série de questões que vão ser tratadas no Grupo, todas as questões pertinentes à assinatura do contrato, aquilo que antecede a assinatura do contrato, vão ser tratadas nesse grupo. Isso também vai ser tratado lá. **Sra. Verônica:** Na verdade eu fiquei bem triste por conta da emenda do nosso projeto, a Emenda 11, 12, 14, terríveis para nós, não tivemos nem direito de discutir essas emendas. Parece que vai ser aprovado e vamos ficar sabe Deus que jeito com a emenda desse projeto, fiquei bem triste, porque tem coisas ali que não ajudam, atrapalham as entidades, e muito. Não tinham o direito de deturpar nosso projeto, pelo amor de Deus. Não foram capazes de fazer um projeto para habitação de São Paulo toda essa vida, eu tenho sessenta anos, e ver um troço ser escrito em três anos para depois fazer um negócio desse, eu fiquei muito triste. Espero que vocês revejam essa questão que eu pedi para o Prefeito vetar, eu por mim veto essas emendas, pelo amor de Deus. A outra questão é: eu não sei quantos projetos vão começar esse ano, porque na questão de aprovação de projeto, nós entramos com nosso projeto esse ano porque não conseguimos pagar ou fazer projeto, então tivemos que correr atrás, mas para sair uma diretriz leva 90 dias, nós somos uma associação, gastamos dinheiro, pagamos e leva 90, então pedi na reunião com o secretário, já faz muito tempo, até agora não foi recebido, para poder discutir esses problemas, então quero ver se o Secretário nos recebe, não só para discutir o Bresser, tem o problema de São Francisco, hoje eu estive lá fazendo um novo orçamento de obra, é cruel os valores, muito cruel, esse grupo que vai discutir, nós sabemos quem são as pessoas do grupo, não sei como formou o grupo, porque nós fazemos parte do Conselho mas tem horas que chega a ser surpresa, eu gostaria de participar desse grupo também para discutir, para elaborar essas outras partes do projeto, porque é triste. Sobre a locação social, eu não entendi até agora se é só o pessoal de rua ou as entidades também vão poder encaminhar pessoas com deficiência, idosos, não entendi isso ainda. As entidades também têm questões, muitos idosos que não têm para onde ir, então queria esclarecer como isso vai ficar. **Sr. Alcides:** Verônica, sobre a reunião, eu vi aqui seu pedido e justamente pela criação dessa equipe técnica para recebê-los e ver como está a questão de cada processo, eu pedi para que esperasse para o grupo de trabalho atender, que aí vamos ter uma ideia precisa do que vocês precisam, para ajudar a agilizar. Isso serve para vocês e para todos os outros, ali vamos ter um levantamento preciso do que é necessário para atuarmos para agilizar os processos de licenciamento, de alvará, desapropriação, enfim, uma série de questões que podem aparecer caso a caso. Pedimos com urgência, tanto que segunda-feira começamos a receber os pedidos de agenda e logo na sequência já vamos marcar para poder avançar e aí sim ajudamos vocês nesses casos. A questão da locação, não falamos disso, não está definido isso ainda, acho que conforme for se consolidando a política de locação social vamos poder dialogar com o CMH a questão de atendimento de demanda. Sobre as emendas da Câmara, o Secretário falou de um ponto levantado importante, que foi uma emenda que não passou, ele já esclareceu, e as outras eu acho que faz parte do processo legislativo, acho que o mais importante que tivemos nesse processo foi que não foi suprimido nada do que acordamos, com exceção dessa que já foi tratada, nada foi retirado do projeto, então tudo o que pensamos para o Pode Entrar Entidades, tudo o que pensamos para todos os instrumentos, eles colocaram coisas a mais, mais possibilidades, não tiraram nenhuma possibilidade de política habitacional. Essa que veio em desconformidade com o nosso entendimento, o Secretário já colocou a posição da SEHAB aqui, a manifestação contrária. **Sr. André:** Boa tarde a todos. Pensei que hoje ia poder elogiar o Secretário Municipal de Habitação pela sua presença integral na reunião, mas pode ter certeza, Alcides, você até agora tem sido o melhor Secretário Municipal Adjunto, se fosse o titular seria até melhor, porque é mais presente. Se analisarmos a ata da Câmara Municipal, as emendas foram distribuídas em dois grupos, um que já estava aprovado, então isso foi uma articulação intensa e outro, que é o segundo, das medidas que não seriam aprovadas, inclusive nosso grande líder, peço licença poética para falar outro nome, porque é o Presidente, mas atua como líder de um bloco, do Centráo aí da Câmara, então ele fez esse encaminhamento. O meu estranhar é que os demais vereadores até do campo dito progressista não se empenharam muito para a retirada e votação separada dessa emenda 14, que ao meu ver é danosa. Então eu pediria para encaminhamento que o Secretário Adjunto e nosso presidente em exercício, Alcides, que pudesse preparar e pedir uma agenda com nosso Prefeito Ricardo Luís Nunes, para que recebesse na medida da propor-

cionalidade das chapas que compõem o Conselho Municipal para que possamos discutir esse veto político, é um veto político. É primordial porque acaba emperrando a finalidade, que seria substituir Minha Casa Minha Vida, só que a nível municipal, possibilitando a participação das entidades, já que o setor privado, principalmente as grandes construtoras, já são sempre privilegiados. Meu segundo ponto, que sempre me traz horror, desde o antigo Secretário, é dizer que empréstimo é a mesma coisa que a fonte 00, não é. É a mesma coisa que você contratar empregado com dinheiro emprestado, o Pode Entrar é uma política do município, não podemos começar um projeto, um programa tão importante como o Pode Entrar contabilizando dinheiro de empréstimo, por isso o fortalecimento da fonte 00, nós temos uma cultura de orçamento do Tesouro, porque isso vai dar segurança, mesmo porque conforme disse nossa arquiteta Paula, nossa colega do Conselho Municipal, temos o problema do INCC, Índice Nacional da Construção Civil, então isso ajudaria bastante, porque esse empréstimo do Santander tão falado, nos próximos anos não vamos poder contar com ele. Peço que tenhamos uma reunião com o próprio Prefeito para poder externar nossa posição política, já que muitos vereadores ditos do campo progressista não tiveram essa posição. E nós vamos retomá-la. Meu último ponto, minha preocupação com a urbanização e regularização, porque está sendo fatiada a pavimentação, principalmente na subprefeitura de Parelheiros, infelizmente um grande líder político da cidade, o grande líder na Câmara Municipal, tem investido bastante na pavimentação. Nós entendemos que faz parte da urbanização somente. Nós do Jardim Manacá da Serra, a entidade a qual represento, temos uma ação judicial transitada em julgado, estamos com essa ação há cinco, seis anos, e vários outros assentamentos precários, núcleos consolidados, estão sempre sendo pavimentados e nada das obras de urbanização, prevenção de enchentes, inundações, áreas de risco. Então lamento essa política do município de São Paulo, privilegiar a pavimentação, uma pavimentação totalmente fora, desrespeitando o meio ambiente, até em áreas rurais, classificadas pelo Plano Diretor. Essa é minha preocupação de sair da coordenação de regularização fundiária, sair do CFT, apesar que também é dominado por esse grande líder político da capital, que acaba atuando de maneira prejudicial a todo o desenvolvimento urbano, ao planejamento urbano, então quero que fique registrado na ata esse meu protesto contra a atuação desse grande líder político que tanto mal tem causado na nossa cidade de São Paulo e já parabeno os companheiros pela luta, dando meus parabéns para a aprovação do projeto, esperando que na sua regulamentação nós possamos garantir sua finalidade. **Sr. Alcides:** Só pontuando o orçamento, o Secretário apresentou simplesmente o que está disponível para 2021 e lá tem um empréstimo, mas não é que essa política vai ser replicada para 2022, explicou bem aí que o objetivo principal, até desprendido do orçamento, é garantir a contratação das 9 mil e poucas, dentro desse mandato, da gestão 21 e 24, garantir a contratação das 9 mil que já tem previstas inicialmente do Pode Entrar. Depois vamos partir para outras propostas, outros chamamentos, aí fica para a sequência do programa, mas o que vale da fala do Secretário é essa garantia de avançar nas 9.400 unidades que foram previstas inicialmente na instituição do Pode Entrar. **Esther:** Boa tarde. Na verdade, minha fala não tem muito a ver com o Pode Entrar, tem a ver com uma solicitação da Presidente da Associação Casablanca, a Solange, ela me mandou mensagem no celular e pediu para perguntar a respeito de uma área que ela tem um chamamento 2015, na Rua Rio Inguarana, altura do número 300, ela diz que hoje foi feito um muro de alvenaria, pré-moldado, muraram o terreno e tem uma placa de uma empresa e ela gostaria de saber o que está acontecendo com o terreno, eu de antemão já passei para ela o e-mail que foi disponibilizado hoje para as entidades, e reafirmar que tem interesse na área, mas de qualquer maneira é de espantar que já tenha uma empresa, ela diz que o projeto dela estava com atraso na aprovação por conta de meio ambiente, mas uma empresa fechou hoje o terreno desse endereço, lá no Padre José Bonifácio. Ela pediu para perguntar, ela está bem desesperada. **Sr. Nilson:** Eu mandei o jurídico verificar, mandei a equipe de segurança, parece que essa empresa tem um mandato de emissão, estamos checando os processos jurídicos que aconteceram para descobrir porque eles estão lá fechando uma área, se é uma área do empreendimento. Não tenho uma resposta para dar ainda, porque isso está em andamento. **Sra. Esther:** Ok, Nilson, obrigada, vou pedir para ela formalizar de qualquer maneira no e-mail para agenda a formalização dos chamamentos da Associação que ela representa. **Sr. Alcides:** Esther, pede para ela mandar também no e-mail da Secretaria, porque o e-mail do Pode Entrar vai estar disponível a partir de segunda-feira. **Sr. Alcides:** Aí nós encaminhamos para o Nilson aqui também, para a equipe, para todo mundo acompanhar. **Sr. Miguel:** Eu queria só fazer uma ressalva, voltando um pouquinho, quando foi lançado o Programa, que chama o novo programa habitacional de São Paulo, tinha muito recurso. Naquela época, do FUNDURB, tinha 146 milhões, em 2019, R\$ 146.637.164,00. Em 2020, tinha mais 218.952, a operação de crédito Santander era 130 mil, não sei porque hoje está 94, para onde foram os 36, tinha mais 40 disponíveis da Caixa, era um aporte da Caixa, que somariam R\$ 535.690.142,32. Depois vinha operação urbana, 404 milhões, mais FUNDURB comprometido em 2020, obras de atendimento 135 milhões, era um rio de dinheiro que ia chegar a 1 bilhão, 76 e alguma coisa, e hoje nos surpreende ouvir só esse valor. Então eu queria só fazer esse resgate da memória, está lá no manual do Pode Entrar. Eu queria fazer uma outra pergunta fora do pode entrar, mas está mais ligada às PPP. Quais os critérios para o cadastro no empreendimento Parque Vitória, na Zona Norte? Não sei se você teria essa informação agora. **Sr. Nilson:** Miguel, por enquanto o cadastro é a fila da COHAB. Está escrito lá. É o Miguel respondendo. O cadastro que vai ser usado na PPP é a própria fila da COHAB, nada diferente. **Sr. Miguel:** É o acesso? **Sr. Nilson:** Isso. **Sr. Miguel:** Uma outra sugestão, eu queria ver, Secretário, se seria possível. Eu acho que se tivéssemos, não sei se só depois da instrução normativa, mas uma lista prévia de documentos para o Programa, para irmos nos precavendo, eu acho que se fosse possível isso, nos fornecer. Todos aqui sabemos que entidades têm muita dificuldade financeira, até sair uma CND, não estou aqui mendigando, estou aqui falando uma realidade, muitas vezes você precisa tirar uma CND, que elas vão vencendo, e tem lá uma condição que não dá para fazer, então se tivéssemos uma lista prévia mais ou menos, não sei se isso já é possível, além dos documentos que já supomos que precisa, eu acho que ajudaria muito, se não você corre o risco de ser chamado para a assinatura do contrato e depois é pego de surpresa. Eu acho que seria legal se isso fosse possível. É um longo passo para todo mundo. **Sr. Alcides:** Miguel, sobre a lista, é mais ou menos isso o que vamos fazer com o grupo técnico que vai receber vocês, é justamente fazer um checklist de tudo o que precisa e como está aqui. **Sr. Alcides:** O que tem e o que precisa, essa é a proposta. Eu acho que uma evolução disso, caminhando para sua proposta, depois de receber todo mundo, é ter um checklist fácil para todo mundo só bater o olho e saber. Acho que vale como sugestão, deixarmos registrado, porque facilita realmente. Uns têm mais facilidade com a parte documental, outros têm menos, então você tendo uma estrutura assim acho que facilita, você tem razão. De recurso, eu acho que o que tinha em 2019... o recurso é assim, você gastou, gastou, senão, ele foi. O que o Secretário apresentou aqui, o mais importante é: que vamos ter garantido orçamento para execução do que tem comprometido já dentro do Pode Entrar Entidades, o que ele falou que temos esse valor hoje, já disponível, mas se for necessário para assinar contratos ainda esse ano mais recursos, será disponibilizado recurso do tesouro, podemos prever. Sei lá, precisamos de mais 100 milhões além desses dois orçamentos que ele mostrou, precisa do FUNDURB, enfim, da fonte possível,

definimos conforme a demanda, por isso inclusive estamos antecipando esse atendimento das entidades, para saber qual o status de cada uma e qual o planejamento orçamentário que precisamos fazer a partir de então, até explicou bem isso, falando que no planejamento orçamentário vai estar previsto que para entidades, se começa a executar a obra e precisar então de orçamento no começo de 2022, outras só no segundo semestre, outras em 2023, a depender da questão do contrato, então isso estamos antecipando agora para poder fazer o planejamento, é uma inversão, não adianta ter o dinheiro lá e não ter o planejamento de execução, o dinheiro ficou lá e não foi gasto, esse próprio dinheiro que foi citado, nossa proposta é justamente o contrário. Estamos prevendo dinheiro para o Pode Entrar para o ano que vem dentro do orçamento, estamos solicitando, ele já explicou o orçamento de 2022, que ainda não foi fechado, estamos solicitando, o que imaginamos é que dá para executar esse plano. Se for necessário fazer um ajuste, como ele disse, será feito. É mais um jeito de tranquilizar vocês que nós vamos emitir muito esforço, e é necessário que assim seja feito, por conta do nosso compromisso com as metas, para que os contratos sejam assinados e todos os projetos andem. Eu sei que tinha sempre uma falha, até poucos dias eu estive com uma entidade que falou: é porque sabemos que cobertor é curto. Na cabeça do Secretário não, na cabeça do Secretário temos que fazer, tem que estruturar para que possamos avançar com todos os contratos do Pode Entrar, isso está no nosso planejamento. **Sr. Miguel:** Júnior, eu acho que uma coisa que também é fundamental, não sei, se tivesse com a tabela a ser usada a questão do reajuste do material, porque todo mundo hoje aqui está andando no escuro, nós sabemos qual será a tabela de reajuste. Foi tal valor e tal valor, mas você tinha o valor do passado, não sabe qual a tabela a ser usada para adequar o valor da unidade. **Sr. Alcides:** Vamos achar esse melhor coeficiente, essa preocupação é importante ter, é importante discutirmos, mas não faz sentido assinarmos o contrato num valor que já não se aplica mais, entendeu. Então, por mais óbvio que seja, é importante falar, vocês têm razão. Mas é importante saber que concordamos, não faz sentido assinar o contrato e não entrega a obra porque não foi previsto um ajuste, que é natural, tem inflação, preço, tudo isso, as próprias tabelas que se aplicam para a prefeitura são atualizadas baseadas nessas variantes, então faz sentido a preocupação, mas estamos atentos a isso, vamos com muito trabalho discutir isso também. **Sra. Samira:** Na verdade, eu concordo com as falas de todos, eu só queria fazer um pedido, eu tive uma instabilidade na minha internet e eu não conseguí ver a apresentação, se a Ana Maria poderia depois passar para todos por e-mail, só para poder acompanhar depois os dados. **Sr. Nunes:** Legal, vou reforçar o pedido da Samira, acho que é legal mesmo para quem viu ter acesso para ver com mais calma toda a apresentação. Eu queria só fazer uma ressalva sobre dois outros pontos, que não entramos, é só uma pergunta, eu acho que alguém perguntou e não me lembro qual resposta foi exatamente, sobre a reunião do GT. **Sr. Nunes:** Para aproveitar e emendar também, dessa mesma história do GT, no nosso último encontro conversamos sobre o GT de regularização fundiária, saber se vocês chegaram a agenda, o que avançou nisso. Eu queria fazer uma pergunta para o Nilson, sobre aquela situação do Recanto da Felicidade, como ficou? Chegaram a elaborar o voto? **Sr. Nilson:** Nunes, isso deve sair na próxima reunião. **Sr. Alcides:** Sem mais inscritos, eu vou só responder sobre o GT do Pode Entrar. Na última reunião que fizemos logo depois da aprovação, ficamos de reunir novamente para começar a discutir a regulamentação. Nós temos dois processos de regulamentação, uma é o decreto, o Secretário falou no início da reunião que optamos por fazer o decreto só de entidades, porque como o projeto ficou com outros instrumentos, temos Carta de Crédito, Locação Social, a própria Obras e Aquisição que está previsto, entrou uma emenda que fala de Fundo Garantidor que teremos que estudar, uma série de questões, o próprio GT mesmo quando estávamos discutindo, falamos que tínhamos muitas respostas para o Entidades e ainda muitas questões para os outros instrumentos, então vamos optar por regulamentar inicialmente o Pode Entrar, de forma parcial, que vai saltar o decreto de Entidades primeiro. O que ficou? Ficou para SEHAB fazer um esqueleto da regulamentação do decreto e aí discutimos no grupo. Eu não marquei reunião porque atrasamos um pouco com esse esqueleto. Eu tive uma reunião no começo dessa semana, ficou acertado que nós recebemos esse esqueleto na próxima semana, ficou combinado até quarta-feira. Eu conversei no corredor aqui com nosso procurador, ele falou que imagina que consegue entregar até segunda ou terça, que ele já está bem adiantado. Na sequência eu ia agenda, foi solicitado aqui sairmos com uma agenda já, eu posso até marcar, mas não tenho tranquilidade de marcar para semana que vem, por margem de erro mesmo, quando recebermos isso vou ter que passar com nossas áreas técnicas, da COHAB também, e dar uma olhada para ver com um olhar jurídico. Então, se for necessário, eu marco, não tem problema nenhum, mas marco para a outra semana, não a próxima. Se vocês quiserem mesmo sair com a data agendada, vou consultar aqui e marcamos antes de finalizar a reunião. Superada a questão do Pode Entrar, acho que ficou claro sobre os próximos passos, nós imaginamos que avançamos bastante com esse grupo de trabalho, recebemos todo mundo, para sabermos em que ponto está cada uma das entidades, cada um dos chamamentos, vai nos dar segurança e agilidade no processo futuro. Também expusimos bastante com relação aos próximos trâmites também, qualquer dúvida vamos ter esse e-mail podeentrarentidades@prefeitura a partir de segunda-feira ativos, é um e-mail que chega para esse grupo, vai ser visualizado para esse grupo, então muitas das respostas ali mesmo serão tiradas de cada uma das entidades e das pessoas que tiverem dúvidas. Só passando um pouco para o ponto que era o ponto 2 da pauta, e que o Secretário adiou. **Sr. Nunes:** Secretário, acho que você não respondeu sobre o GT de regularização fundiária. **Sr. Alcides:** Eu tinha anotado e troquei a folha de lugar, não respondi. Nós não chamamos ainda, Nunes, mas temos a intenção de chamar, até por outros assuntos que não só o Projeto de Lei que está na Câmara, confesso que depois daquela reunião nossa eu não tratei mais do tema com a Câmara, chamei até uma reunião com o Vereador Fabio Riva para próxima semana, não tenho certeza aqui, mas posso confirmar, pretendo entender dele como é a intenção dele com relação a esse projeto de lei, mas precisamos chamar também, eu já conversei com nosso coordenador de CRF, que vai coordenar a reunião com o GT. Na sequência também eu peço para a Ana mandar uma mensagem para vocês, agendando o grupo do GT da regularização. Confesso que, como eu disse, não vou ter tanta disponibilidade para atuar como atuei dentro do Pode Entrar, mas acho importante a retomada do GT também para discutir tudo isso, tudo o que estamos fazendo também. Vou apresentar para o Conselho, acho uma boa. **Sr. André:** Só uma pergunta, Secretário e Presidente em exercício da Comissão Municipal de Habitação: no cronograma da Secretaria nós tivemos algumas modificações a partir do ano de 2021, que é a instituição da Secretaria Executiva de Mananciais, sobre a liderança da Elisabeth França. Outra situação que tivemos foi a coordenação do CRF, que agora ficou a cargo do chefe de gabinete, então eu pediria esclarecimentos sobre a questão da composição do GT, porque acho que seria necessário podermos ter essa amplitude de competência que essa Secretária Executiva de Mananciais, que não foi apresentada no Conselho, seria até vital que fosse, pela sua grande importância, então para entendermos esse cronograma, acho que é até difícil entender, é meio maluco, porque CFT está junto com a Secretária Executiva de Mananciais, então até para que pudéssemos atualizar a composição, que esclarecemos essa situação. São tantos cargos agora, mesmo sendo uma administração dita liberal, agora nem entendo mais quem cuida do que. Já que tem um problema de vício de iniciativa, esse Projeto 571/2019. **Sr. Ale-**

xandre: Só uma coisa que ficou na última reunião, pintou meio que um stress por conta de termos ido aí na sexta-feira anterior, só para saber, conseguiu ver a questão da sala do Conselho, ela vai retornar? Porque tão já precisaremos nos reunir novamente presencialmente, vai acabar, espero eu, isso de ficar só pela internet. **Sr. Alcides:** Bem lembrado, Alexandre. Foi na reunião do GT que eu acho que tratamos desse assunto. **Sr. Alcides:** Alexandre, fizemos um levantamento no mesmo dia com relação a essa questão, por questões de logística de espaço diminuimos mesmo, foi constatado que foi diminuído mesmo o espaço de trabalho dos conselheiros. Durante a pandemia, por conta de todo o cenário, acabou-se não utilizando muito, então estamos estudando a melhor maneira de adequar o espaço para podermos dar a mesma estrutura que vocês já eram habituados. Isso sem prejuízo obviamente de termos depois um espaço maior ainda para poder fazer as reuniões do Conselho, que imagino daqui um tempo possam ser retomadas presencial, enfim. Nós estamos trabalhando nisso aí, Alexandre. Conversei com a Ana no mesmo dia puxando esse histórico como era. Foi necessário uma questão de logística, mas nós estamos procurando espaço no próprio edifício aqui. **Sr. Alcides:** Nós tínhamos uma Pauta, ela está no segundo item da pauta, e trouxemos agora para o último item. Enfim, todos sabem que está tendo uma discussão da revisão do Plano Diretor. Nós trouxemos na última reunião do Conselho Pleno, que participou um Técnico da Secretária de Urbanismo e Licenciamento, apresentou um pouco das propostas, ele ouviu bastante a manifestação de todos. Reportei isso tudo para o Secretário. E o Secretário se propôs, achou interessante propor e obviamente mediante deliberação deste Conselho, se não era interessante, e se o Conselho não acha interessante montarmos um grupo de trabalho para sistematizar ou para apresentar, ou para colocar propostas que interessem para esse grupo de debate dentro da discussão da revisão do Plano Diretor. Nós teríamos até o dia 30 de setembro, ou seja, um mês para primeiro formar um grupo. O prazo é até dia 30 para enviar as propostas, na verdade até a primeira semana de outubro. A proposta nossa era criar um GT e pensar numa sistematização de receber propostas, consolidar e enviar em um mês proposta de habitação, propostas que seriam interessantes para esse grupo que discute habitação popular na cidade de São Paulo. E aí o Secretário queria primeiro deliberar, se o Conselho acha interessante ter esse grupo de trabalho, e em segundo aí definiríamos quem participaria, abrimos inscrição, fecha um número razoável de participantes e o pessoal se colocaria à disposição para participar. Depois íamos enviar sugestões e propostas desse grupo do Conselho para o Plano Diretor. Essa é a proposta. Só para organizar a mente de todos. Primeiro deliberar, vale a pena formar um grupo de trabalho? Estamos de acordo em formar o grupo de trabalho, sim ou não. Segundo, se for aprovado, definimos quem seria o grupo, como seria e tudo mais. **Sr. André:** Secretário, na minha visão é uma boa iniciativa, parabeno a iniciativa do Secretário, imagino que seja o Orlando junto com você. Antes dessa reunião eu estava pensando na votação da resolução, para que possamos regularar os GTs, porque eu já participei de vários e minha grande preocupação é que virava a rodoviária Tiê em véspera de Natal, porque todo mundo quer participar, não tem uma regulamentação. Tem GT que infelizmente tem mais gente que o próprio Pleno do CMH, então isso é improdutivo, principalmente no curto espaço de tempo, então eu pediria para nossos colegas, e sempre tem convidados e participações especiais, que tivéssemos o bom senso, se esse GT for realmente aprovado pelos colegas, que seja enxuto e já tem que ter um cronograma porque o prazo é bastante curto, um GT de no máximo nove ou onze pessoas, porque conseguiríamos dar o tratamento necessário, principalmente para a regularização fundiária e urbanização, que temos algumas situações de contraste entre a lei 15.720, o Plano Diretor e também esse novo projeto, que era para ser de iniciativa do Executivo e depois virou projeto do ex-vereador Turim. Para encerrar, peço dois esclarecimentos, a respeito do prolongamento do mandato, eu já tenho uma informação extra-oficial, mas queria que o senhor desse, estou esperando já faz duas reuniões. A segunda questão é sobre a conferência municipal de habitação, se realmente vai ter ou não, porque fizemos as pré-conferências e estão sendo muito cobrado por isso. Inclusive sobre os delegados que foram votar. Para que possamos ter uma informação oficial a respeito disso, se tem uma posição ou não a respeito dessa temática tão importante, a conferência municipal. **Sr. Alcides:** Além de me elogiar, me lembrou de pontos importantes que esquecemos de falar. Sobre prorrogação do mandato, foi aprovada junto com o Pode Entrar, então devemos sancionar agora a lei que prorroga o mandato até o ano que vem, o meio do ano, salvo engano julho, então vamos sancionar junto com o Pode Entrar a emenda que incluiu tanto a reorganização, porque algumas Secretarias foram extintas, outras criadas, na participação aqui dentro do CMH, quanto a prorrogação do mandato de todos os conselheiros. O Secretário Orlando vai trazer essa discussão da Conferência, André, inclusive tivemos reunião sobre isso hoje, então ele vai trazer essa discussão para o Conselho, imagino que nessa próxima reunião, falando da conferência, vamos pegar o histórico de como está, de como ficou até o presente momento, antes de parar e começar a discutir soluções de continuidade. Concordo também com o André que o que funciona melhor no GT, vou até sugerir um número que ele citou, de 9 pessoas, um número ímpar para se precisar deliberar alguma coisa, mas sem excluir a participação de todos, à medida que os nove que estão no GT possam receber e consolidar propostas de todos os conselheiros, de todos os movimentos, representantes de associações, de entidades, e sistematizamos em uma proposta do Conselho. Depois discutimos em Conselho, o próprio grupo de trabalho pode definir isso, antes de apresentar como vai ser a sistematização de definição de propostas, aprovação do Conselho ou deliberação, e depois o envio das propostas para a Secretária de Urbanismo e Licenciamento. Dito isso, podemos deliberar em cima disso. Vou escutar os que estão para se pronunciar. **Sr. Nunes:** Só para esclarecimento, os dois GTs que eu participei, pelo menos, o de Regularização e o do Pode Entrar, elaboraram uma minuta de um projeto de lei que foi aprovado no CMH, nesse caso é diferente, quem está coordenando a revisão do Plano Diretor é a SMUL, vai ter alguém de lá no GT? Acho que seria legal se tivesse, conversamos com quem está dialogando com o Plano Diretor por inteiro. O texto que sair do GT e eventualmente for aprovado no CMH é uma contribuição do CMH para a proposta de revisão, que poderá ser aceita ou não? Não que eu esteja me opondo. **Sr. Alcides:** Eu acho que simbolicamente, isso é importante dizer, estou lendo a cabeça do Secretário Orlando. Tem grupos de habitação discutindo, enviando propostas, mas do pondo de vista de representatividade, uma proposta saída desse grupo, quando os vereadores forem defender, tem um peso especial, então obviamente que não estamos vinculando nem a Secretaria de Urbanismo e Licenciamento, tampouco os vereadores, porque foge da nossa atribuição, mas institucionalmente acho que é representativo isso, tivemos muitas manifestações que não é o momento, mas por força da lei e tudo mais está avançando a discussão do Plano Diretor, então como acabamos conversando a mesma língua tendo a representatividade dos mais diversos movimentos de habitação popular, a nossa percepção é que é muito válido algumas propostas saírem desse CMH, então nós propomos a ajudar nesse diálogo, inclusive quando enviar para lá, para que a proposta seja fortalecida. O mesmo vínculo que nos comprometemos dentro do Pode Entrar foi que o texto que foi aprovado ali era o texto que seria enviado para a Câmara, depois lá ele tinha todo o seu trâmite. O que podemos propor é que o que for acordado internamente nesse grupo de trabalho, aprovado aqui dentro do CMH, nós enviamos e ajudamos a defender as propostas, tanto internamente quanto na própria Câmara Municipal. **Sra. Mariza:** Acho importante sim, criar o GT, nós vemos que o GT leva proposta,

A Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo - Prodesp garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br

